



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Sociais  
Departamento de Serviço Social

Aluna: Ana Paula Santiago de Almeida<sup>1</sup>

**Relatório anual do projeto**

**Os processos de construção e implementação de políticas públicas  
para crianças e adolescentes em situação de rua.**

Orientadora: Irene Rizzini<sup>2</sup>

Rio de Janeiro  
Julho de 2010

---

<sup>1</sup> Estagiária PIBIC e aluna do Departamento de Serviço Social PUC-Rio.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Serviço Social PUC-Rio.

## **Sumário**

1. Apresentação.....	03
2. Objetivo e foco de análise.....	03
3. Metodologia.....	03
4. Atividades Desenvolvidas.....	04
4.1. Fichamentos.....	04
4.2. Pesquisa na mídia.....	05
4.2.1. Pesquisa sobre políticas e ações existentes: Secretaria Municipal de Assistência Social.....	06
4.3. Entrevistas.....	07
4.4. Organização do primeiro Encontro Nacional do Projeto.....	07
4.5. Grupo virtual de discussões.....	07
4.6. Banco de Dados Infância e Juventude em Números.....	08
5. Considerações Preliminares.....	08
6. Referências Bibliográficas.....	08
7. Anexos.....	09

## **Os processos de construção e implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua<sup>3</sup>.**

### **1. Apresentação**

O presente relatório tem como intuito apresentar as atividades desenvolvidas como estagiária no projeto “**Os processo de construção e implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua**” desenvolvido pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, CIESPI, em convênio com a PUC - Rio sob a coordenação da professora Irene Rizzini. Este projeto tem como foco a análise dos processos de construção e implementação de políticas públicas voltadas para a população infantil e juvenil em situação de rua no município do Rio de Janeiro e envolver, em processo semelhante, parceiros de algumas outras cidades do país, a saber: Olinda/Recife (PE), Goiânia (GO), Vitória (ES), Porto Alegre (RS), Manaus (AM), Salvador (BA) e São Luis.

### **2. Objetivo e foco de análise**

O objetivo principal deste projeto é assessorar, documentar e analisar o trabalho da Comissão de Políticas Básicas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (CMDCA- Rio), na construção, implementação e divulgação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua. Como já citado acima, esta pesquisa vislumbra ainda fomentar um processo semelhante em outras cidades, nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do país, guardando as especificidades de cada uma. Além da criação de um Banco de Dados com informações sobre infância e juventude em situação de vulnerabilidade no país. O eixo central de análise da pesquisa e a discussão dos fatores que facilitam ou dificultam os processos de construção e de implementação de políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes em situação de rua, tendo em vista os direitos assegurados a população infantil e juvenil no País.

### **3. Metodologia**

A pesquisa está se desenvolvendo através das etapas a seguir:

1. Levantamento bibliográfico;
2. Participação nas Assembléias do CMDCA- Rio;
3. Articulação com parceiros chave de outros estados;
4. Promoção de seminários no Rio de Janeiro;
5. Viagens aos estados parceiros do projeto;
6. Criação de grupo virtual de discussão sobre políticas públicas para crianças e adolescentes;
7. Realização de entrevistas;
8. Registro e análise de dados;
9. Elaboração de produtos;
10. Divulgação.

---

<sup>3</sup>Este projeto é parte da linha de pesquisa “Infância, Juventude e participação Cidadã” (CNPq), sob a coordenação de Irene Rizzini, professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e Presidente do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, CIESPI. Participação de Paula Caldeira, Marcelo Princeswal e Alessandra Caldeira, da equipe do CIESPI.

#### 4. Atividades Desenvolvidas

Na função de estagiária do Projeto, venho participando de todas as atividades da pesquisa. A primeira delas foi um levantamento bibliográfico nos portais da web: Banco de Teses da CAPES, Domínio Público e Scielo. A busca foi realizada tendo como referência as palavras-chave crianças/rua, adolescentes/rua e infância/rua. Este levantamento foi importante como aporte teórico na elaboração dos materiais produzidos pela equipe do projeto. Até o momento foram elaborados e divulgados dois boletins informativos sobre o Projeto e o primeiro caderno de uma série intitulado: “O CMDCA- Rio e a criança e o adolescente em situação de rua: avanços e desafios na formulação e uma política pública”. Este caderno contém o registro e a análise dos processos de construção da Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua no Rio de Janeiro e estará disponível, brevemente, na página web: [www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br).

Particpei, ainda, de grupos de estudos e elaborei fichamentos de textos voltados para a temática da pesquisa. Segue abaixo o resumo elaborado a partir da leitura de textos e autores relevantes para a pesquisa e que foram utilizadas no grupo de estudos:

##### 4.1. Fichamentos

► OIVEIRA, Walter. F. de. **Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.135-158, jan-mar. 2007.

O trabalho examina a emergência da educação social de rua no Brasil, ao final da década de 70 até meados dos anos 90. Enfatiza a contextualização histórica, política, social, econômica e cultural ressaltando fatos, datas e eventos considerados relevantes para o surgimento e o desenvolvimento da educação social de rua. Também analisa a dinâmica das relações estabelecidas entre educadores sociais de rua, instituições, movimentos sociais, a subcultura de rua e a comunidade.

► SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

Esta publicação aponta relações entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil. A autora estuda o fenômeno da população de situação de rua no contexto das mudanças do mundo do trabalho.

► RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma, NAIFF, Luciene, BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** Rio de Janeiro: CIESPI/ PUC- Rio/ UNICEF, 2006.

Nesta publicação as autoras discutem as práticas de acolhimento a crianças e adolescentes e evidenciam experiências brasileiras de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil, tendo a finalidade de contribuir para a construção das diretrizes do Plano Nacional. A discussão sobre o tema destaca a família como direito fundamental, reflete sobre os diversos tipos de acolhimentos e a analisa seus impasses e desafios, apontando caminhos para políticas públicas direcionadas à garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

► ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua.** São Paulo: Editora Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.

Este trabalho tem como objetivo oferecer informações sobre a realidade social cada vez mais expressiva na cidade de São Paulo como processo de perdas: de emprego, de vínculos familiares e de amigos, de auto-estima, esperança e também do exercício de cidadania. Além de dar visibilidade às condições de vida de um conjunto heterogêneo de trabalhadores, preconceituosamente identificados como “mendigos”, um fenômeno complexo, imbricado em múltiplos processos sociais.

## 4.2. Pesquisa na mídia

Nos últimos meses venho me dedicando a desenvolver um trabalho de pesquisa através da mídia impressa e virtual (pesquisa em sites oficiais), onde são acompanhadas a execução de medidas e a implementação de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua. Este material nos ajuda a compreender como o problema vem sendo retratado e discutido ao nível da opinião pública.

A metodologia para a pesquisa na mídia impressa consiste em quinzenalmente recortar matérias, do jornal O Globo<sup>4</sup>, referentes aos temas: criança e adolescente em situação de rua, população adulta em situação de rua, recolhimento/acolhimento de população de rua, políticas públicas relacionadas à população de rua e cartas de leitores com manifestações sobre esses temas. As matérias relacionadas a esses temas são lidas, recortadas e arquivadas em uma pasta contendo a indicação de fonte, data, e número da página. Como o jornal é um material perecível, iniciei o processo de digitalizar todas as reportagens e arquivá-las também em uma pasta virtual.

A partir do material citado acima são elaborados relatórios contendo um pequeno resumo em tópicos relacionados às principais matérias encontradas no jornal. Os relatórios<sup>5</sup> possuem um cabeçalho com as seguintes informações: temas buscados, data, horário de início e término da coleta de reportagens, e universo de reportagens encontradas.

Pensando em uma forma de sistematizar este trabalho e torná-lo mais fácil de ser acessado elaborei uma tabela com a síntese dessas matérias. A sistematização das reportagens me possibilitou perceber como a questão da criança e do adolescente vem sendo apresentada e representada pela mídia, em especial os que estão em situação de rua. Classifico este material em três eixos:

- 1) Divulgação da questão em forma de denúncia ou “problema” a ser resolvido;
- 2) Manifestações populares a cerca do assunto;
- 3) Ações dos órgãos competentes para resolver o que é posto como “problema”.

Optei, em conjunto com a equipe do projeto, por elaborar algumas categorias que vão permitir uma análise melhor deste trabalho ao seu término. A tabela contém o título das reportagens, data, página, seção do jornal, um breve resumo de cada matéria, características e perfil da população em questão, as denominações e representações utilizadas para referir-se a população em situação de rua, as medidas propostas pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e as manifestações do senso comum. Segue abaixo um trecho desta tabela.

### Síntese de reportagens jornalísticas

Fonte: O Globo/ Ano: 2009

Título	Data/ Pág./ Seção	Resumo	Características Perfil	Denominações Representações	Medidas propostas para população em situação de rua	Manifestações do Senso comum
1) Um projeto para livrar as crianças do crack	22/03 Pág.27 O Rio	Prefeitura leva para abrigo menores usuários de drogas que vivem nos acessos do Jacarezinho e de Manguinhos	Há dois anos, 26% dos meninos que chegavam aos abrigos usavam crack. Hoje esse número já está em 82%	Menores crianças e jovens	Implantação do projeto piloto “Casa viva” para dependentes químicos.	“Eles chegam ao abrigo irritados, com histórico familiar, passagem pela rua e até roubos”. Conta Abmael Cruz, coordenador de uma organização não-governamental, na Zona Oeste.

<sup>4</sup> Escolhemos o jornal O Globo devido sua ampla inserção nas classes consideradas “A” e “B” na cidade.

<sup>5</sup> O modelo do relatório encontra-se disponível como anexo.

#### **4.2.1 Pesquisa sobre as políticas e ações existentes: Secretaria Municipal de Assistência Social**

Também destaco aqui a pesquisa virtual realizada no site oficial da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) do Rio de Janeiro, que me permitiu conhecer o trabalho desenvolvido para crianças e adolescentes. A SMAS tem suas ações concentradas em duas Subsecretarias: Subsecretaria de Proteção Social Básica e Subsecretaria de Proteção Social Especial. Esta última é subdividida em Proteção Social de Média e Alta Complexidade.

A Subsecretaria de Proteção Social Básica, através de seu Núcleo de Proteção Social Básica, tem como função coordenar a implementação dos serviços e programas visando a prevenção de situações de vulnerabilidades, apresentadas por indivíduos e famílias. Tem como objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários que ainda se encontram preservados nas famílias. Destaco, por exemplo, o Programa ProJovem Adolescente, que atende jovens entre 15 e 17 anos e 11 meses e seus familiares. O Projovem tem como objetivo criar condições para a inserção, permanência e reinserção dos adolescentes no sistema educacional. Também garante acesso aos jovens e seus familiares e à rede de serviços socioassistenciais. A duração deste serviço é de dois anos, que são divididos em dois ciclos, com uma carga horária anual de 600 horas de atividades.

A Subsecretaria de Proteção Social Especial tem como objetivo promover a inclusão social de famílias. O serviço de Proteção Especial de Média Complexidade compreende atendimento para pessoas cujos direitos estão ameaçados ou violados. Destaco o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Este Programa objetiva erradicar todas as formas de trabalho infantil, articulando a garantia de transferência de renda e a oferta de ações sócioeducativas e de convivência à crianças e aos adolescentes de 0 a 15 anos e 11 meses. Para participar do PETI as crianças e os adolescentes precisam ser afastados do trabalho precoce e frequentar regularmente a escola. O programa funciona de segunda à sexta. Oferece reforço escolar, atendimento psicológico e acompanhamento de assistentes sociais. Além disso, dispõe de atividades recreativas, educativas e lúdicas no período complementar à escola. As famílias dos beneficiados recebem bolsa-auxílio mensal e, como contrapartida, é exigida a frequência mínima de 75% nas escolas e também nas oficinas da Jornada Ampliada.

Já a Proteção Especial de Alta Complexidade oferece proteção por meio do acolhimento de indivíduos cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados. Dentro desta rede trago, como exemplo, o Programa de Acolhimento Para Crianças e Adolescentes. Este programa constitui-se como espaço de abrigamento provisório e excepcional, destinado a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Entendo esta pesquisa virtual como algo complementar ao meu foco de trabalho com base na mídia, pois a partir da mesma é possível contrastar o que a mídia divulga e denuncia como demanda e o que a SMAS tem a oferecer em relação aos programas existentes. Hoje, por exemplo, temos em evidência na mídia a questão do consumo de crack por crianças e da permanência das mesmas nas chamadas “cracolândias”. Como resposta foi anunciado pela prefeitura a criação de um projeto piloto, chamado Casa Viva, para atender a esse enorme contingente de dependentes químicos. A partir deste apontamento acredito que a já é possível identificar esta questão como um dos desafios referentes à efetivação dos direitos deste público, pois esta demanda cresce a cada dia exigindo respostas mais rápidas e eficazes.

Para análise deste material, estarei dedicada no segundo semestre de 2010 à leitura específica e redação de textos sob a orientação da professora Irene Rizzini.

### **4.3. Entrevistas**

A equipe do projeto realizou, entre setembro de 2009 e abril de 2010, viagens para alguns estados parceiros do projeto. O objetivo das viagens foi a realização de entrevistas com técnicos e conselheiros dos CMDCA's de cada uma das cidades visitadas, e o oferecimento de assessoria, caso fosse seu interesse o início do processo de elaboração de uma política pública para o município. Com intuito de estar o mais próximo possível desta etapa do projeto digitei o diário de viagens das seguintes cidades: Porto Alegre, Salvador e Olinda. E, ainda fui responsável pelas transcrições de entrevistas realizadas em: Salvador, Porto Alegre e Vitória, sendo no total nove transcrições, pois para cada estado foi realizada mais de uma entrevista. Além destas transcrições de entrevistas com os estados parceiros, também transcrevi outros materiais como atas do Grupo de Trabalho<sup>6</sup>, no qual a equipe integrou junto com ao CMDCA- Rio, e de seminários internos do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI). Cabe ressaltar que não participei diretamente nas viagens e entrevistas, pois não podia me ausentar por muitos dias de minhas atividades acadêmicas no Rio de Janeiro, mas participei oferecendo suporte na logística das viagens e, como citado acima.

Focando no meu tema de interesse dentro da pesquisa, qual sejam os programas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro voltados para a infância e juventude, realizei duas visitas à Prefeitura do Rio de Janeiro. Na primeira pude observar o local de trabalho dos coordenadores destes programas. Na segunda visita tive a oportunidade de entrevistar a coordenadora do Programa Família Acolhedora<sup>7</sup>, coletar material impresso sobre o mesmo, além de ter sido responsável pela transcrição da entrevista. Também realizei visita ao Centro de Referência de Assistência Social Rinaldo De Lamare (CRAS) onde fui recebida pela assistente social e diretora que gentilmente me cedeu material sobre a Subsecretaria de Proteção Social Básica.

### **4.4. Organização do Primeiro Encontro Nacional do Projeto**

Nos dias 29 e 30 de abril de 2009, o CIESPI e o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio realizaram, no Centro Loyola de Fé e Cultura, o primeiro Encontro Nacional do projeto. Participei da comissão de organização deste encontro, que teve como proposta consolidar a articulação dos participantes dos outros estados para a formulação e implementação de políticas públicas pelos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), dirigidas à população infantil e juvenil em situação de rua. Os participantes deste encontro representaram as seguintes cidades: Goiânia, Manaus, Olinda, Porto Alegre, São Luís do Maranhão, Salvador, Vitória e Rio de Janeiro, além do ABC integrado que compreende sete municípios paulistas. Ao término do encontro elaborei um relatório descrevendo as etapas do mesmo.

### **4.5. Grupo virtual de discussões**

Com objetivo de fomentar discussões entre os estados parceiros do Projeto foi criado um grupo virtual de discussões. Atualmente atuo como principal moderadora deste grupo, atualizando endereços de membros e postando assuntos relacionados à temática do Projeto. Além deste grupo, também acompanhei, no ano de 2009, as discussões de outro grupo virtual chamado Senapisirua. Criado em 2008, este grupo também debate questões relacionadas a políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua.

---

<sup>6</sup> Este Grupo de Trabalho foi formado para trabalhar na elaboração da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua no Rio de Janeiro, em junho de 2008. Tal política foi aprovada em 16 de julho de 2008 (deliberação nº 723/08 – CMDCA).

<sup>7</sup> O roteiro desta entrevista encontra-se como anexo.

#### 4.6. Banco de Dados Infância e Juventude em Números

A Base de Dados Infância e Juventude em Números, do CIESPI, disponibiliza indicadores que podem assessorar debates visando a melhoria de condições de vida de crianças e adolescentes em todo Brasil. Esta Base de Dados apresenta tabelas, gráficos e índices. Na criação da mesma participei na pesquisa dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como auxiliei na revisão ortográfica das notas que acompanham as tabelas e gráficos. A Base encontra-se disponível em [www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br).

#### 5. Considerações Preliminares

Até o momento a participação em todas as etapas da pesquisa possibilitou aprofundar o conhecimento sobre políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, em particular para aqueles em situação de rua.

O trabalho de pesquisa nos jornais tem sido um instrumento para acompanhar todos os passos relacionados às respostas da Prefeitura do Rio de Janeiro e da SMAS, uma vez que algumas informações encontram-se bastante resumidas nos sites oficiais.

A metodologia desenvolvida e as avaliações realizadas pela equipe ao longo de todo o processo, bem como o levantamento bibliográfico e, em especial, as entrevistas realizadas nos demais estados, possibilitaram uma maior compreensão dos desafios enfrentados para a construção e principalmente para a implantação de políticas públicas que visam a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

A partir do que foi percebido até o momento volto meu foco de estudo neste projeto ao funcionamento das políticas e programas sociais no âmbito da Assistência Social, em especial àquelas dirigidas às crianças e aos adolescentes em situação de rua no município do Rio, visando a identificação das possibilidades e dos desafios referentes a efetivação dos direitos deste público.

Atualmente a pesquisa encontra-se no processo de publicação do seu terceiro boletim informativo e de seu segundo caderno de uma série com quatro publicações. Este caderno 2 intitula-se: “*Crianças e adolescentes com direitos violados: situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano*”. Em paralelo a estas etapas continuo atuando na pesquisa dos jornais, no grupo de discussões virtual e realizando leituras referentes ao meu foco de estudo com objetivo de construir um artigo como produto final do projeto.

Ainda para o segundo semestre de 2010 está prevista a minha participação nas seguintes atividades: registro e análise do trabalho da Comissão do CMDCA/Rio para implementação da Política voltada para as crianças e adolescentes em situação de rua no município do RJ; reuniões com gestores de Secretarias do município do Rio de Janeiro junto a membros da Comissão; suporte as viagens da equipe de pesquisa a outros estados; manutenção de contatos com os estados parceiros do Projeto e apoio na organização do Segundo Encontro Nacional do projeto.

#### 6. Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Federal nº 8742 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005.

OIVEIRA, Walter. F. de. **Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.135-158, jan-mar. 2007.

PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público- FUNCEP, 1986.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha (Folha Explica), 2010.

SARTOR, Carla Daniel et al. Seletividade e focalização versus universalização: dilemas presentes nas políticas e programas para a infância e juventude. *In Revista O Social em Questão*. Volume 7, n.7, p139-156. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2002.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. Rio de Janeiro: CIESPI/ PUC- Rio/ UNICEF, 2006.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Editora Hucitec: Associação Rede Rua, 200.

## 7. Anexos

### ANEXO 01

**Rio de Janeiro, 9 de julho de 2009**

**Os Processos de Construção e Implementação de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.  
Relatório de pesquisa no jornal O Globo  
Ana Paula**

Fonte de informações: jornal O Globo.

Temas buscados: choque de ordem, criança e adolescente em situação de rua, população adulta em situação de rua, recolhimento/acolhimento de população de rua, políticas públicas relacionadas com população de rua e cartas de leitores com manifestações sobre esses temas. Num universo de dezesseis exemplares deste jornal foram encontradas cinco reportagens.

A atividade teve início às 15:30 e terminou às 17:10min.

Segue abaixo, em tópicos, as percepções sobre o que foi pesquisado.

- Os moradores da Rua Sá Ferreira, em Copacabana, aderiram à um abaixo-assinado que será entregue à Secretaria de Ordem Pública. O abaixo-assinado é um protesto dos moradores contra o que eles consideram mazelas da rua. Dentre as mazelas apontadas pelos moradores destaca-se a população de rua.
- No bairro do Flamengo, os moradores também se manifestaram em relação à população que vive nas ruas. Um grupo de síndicos da Rua Marquês de Abrantes marcou uma audiência com representantes da Secretaria de Ordem Pública pedindo mais ações de choque de ordem para o bairro. Segundo o secretário de assistência, Fernando Willian, o contingente de população de rua pode ter aumentado devido a crise econômica e a ação dos traficantes e milícias que expulsam as famílias de suas comunidades. Fernando Willian também diz encontrar resistência em sua busca por novos locais para acolher a população em situação de rua. “Todos desejam ver esses moradores em abrigo, mas não querem que essas instituições fiquem perto de suas casas”, diz o secretário. O contingente de moradores em situação de rua vem crescendo a três anos na área que compreende os bairros da Glória, Flamengo e Botafogo. Segundo o jornal O Globo, esses bairros concentram 73,2% moradores em situação de rua do sexo masculino, 260,8% feminino. Sendo que 71% desses moradores são adultos; 21% jovens; 4,4% idosos e 3,6% desconhecidos.

## **ANEXO 02**

**Rio de Janeiro, maio de 2010.**

### **Os processos de construção e implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua.**

Orientadora: Irene Rizzini

Estagiária: Ana Paula

### **Roteiro de entrevista para coordenadora municipal Programa Família Acolhedora**

Identificação:

Qual seu cargo? Sua função aqui, o que você faz?

Sobre o programa:

- 1) Há quanto tempo o programa Família Acolhedora existe?
- 2) Houve alguma mudança? Quais foram? E os rebatimentos dessa mudança para o programa?
- 3) Quais são os principais objetivos do programa?
- 4) Qual é o perfil das famílias que acolhem?
- 5) Qual o número de famílias que participam deste programa?
- 6) Quais os requisitos para a família ser uma família Acolhedora?
- 7) A família que acolhe recebe algum tipo de benefício?
- 8) Que tipo de atividades são desenvolvidas no programa com os acolhedores, a família de origem e as crianças/adolescentes?
- 9) Quando a família de origem está apta para receber seu filho(a) de volta?
- 10) Como é o processo de entrada da criança/adolescente no programa?
- 11) Existe alguma pesquisa que indique o número e motivo da evasão do programa? E a família substituta quantas crianças foram adotadas, em 2009, por exemplo?
- 12) Qual o principal motivo que leva à adoção?

- 13) Existe alguma estatística que mostre a predominância de faixa etária no programa?  
Que outras estatísticas o programas apresenta?
- 14) Em relação às crianças que estão em situação de rua, é oferecida a elas atenção diferenciada?
- 15) Desde sua atuação no programa, o que você considera como avanço?
- 16) Em sua opinião existem lacunas no programa? Se existem o que é feito para suprir as mesmas?
- 17) Em sua opinião o programa tem cumprido seu objetivo? Por quê?